



ENCONTRO #14

PALESTINA: SITUAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E ECONÓMICA NO TEMPO DE JESUS

1. INTRODUÇÃO

O Império Romano era vasto e compreendia a Europa, a Grécia, a Ásia Menor e o Norte de África. O seu punho de ferro tinha imposto a paz e a estabilidade; imperavam leis justas e uma administração eficaz; as estradas ligavam todas as cidades; o comércio florescia; o Latim e o Grego eram línguas internacionais e o dinheiro romano era a moeda universal. Este estado de coisas era conhecido como Pax Romana (paz romana). Mas esta paz tinha um preço!!

A Palestina estava sob o domínio romano desde 63 a.C. e, embora alguns apreciassem as vantagens que isso comportava, a maioria não gostava da presença dos opressores que cultivavam um sincretismo religioso, numa base politeísta. Nos setenta anos a seguir à morte de Herodes, o Grande, em 4 a.C., houve numerosas revoltas, chefiadas por alguns que se intitulavam libertadores («messias»), com o intento de libertar Israel do domínio estrangeiro e fundar um reino judaico.

2. A PALESTINA NO TEMPO DE JESUS

Herodes, o Grande (37-4 a.C.) conservava uma soberania puramente nominal. Odiado pelos Judeus, entre outros motivos pela

sua origem idumeia, Herodes comportou-se sempre como hábil e inteligente político. Soube manter ótimas relações com os romanos e, durante o seu reinado, a paz foi geral em toda a Palestina. Por outro lado, mostrou-se sempre um homem sem coração nem sentimentos e bem o podemos considerar como protótipo do homem ambicioso e sanguinário, que mandou assassinar o seu cunhado Aristóbulo, Sumo Sacerdote por ele nomeado, o velho Hircano, cerca de 45 nobres de Jerusalém, que ele desconfiou serem amigos de Antígono, a sua própria esposa Mariana, alguns dos seus filhos (Alexandre e Aristóbulo), a sua sogra Alexandra e várias das suas dez esposas... e isto são, apenas, os nomes mais sonantes das inumeráveis vítimas da sua crueldade.

Todos estes crimes não nos devem fazer esquecer o seu génio de construtor. Obras de enorme grandiosidade e beleza o atestam: o Templo de Jerusalém (reconstrução), a cidade de Sebaste, (do grego Sebastos = Augusto), na Samaria, o anfiteatro de Cesareia e Os túmulos dos Patriarcas, em Hebron, entre outras. Após a sua morte, os Romanos aprovaram a divisão estabelecida no seu testamento, que previa a cisão do território em três domínios:

1. A Idumeia, a Judeia e a Samaria para Arquelau (4 a.C.-39 d.C.), filho de Herodes e da samaritana Maltace, com o título de Etnarca. Todavia, porque as reclamações contra as suas atrocidades se sucederam, os Romanos exilaram-no, na Gália, e agregaram os três territórios à província da Síria. De 6 a 41 a.C., eles foram governados por sete sucessivos procuradores romanos com residência em Cesareia.
2. A Galileia e a Pereia para Herodes Antipas (4 a.C.-39 d.C.), também ele filho de Herodes e de Maltace, com o título de Tetrarca. Ele restaurou Séforis da Galileia e, na margem sudoeste do lago de Genesaré, construiu a nova cidade de Tiberíades. Casara-se com a filha de Aretas IV, rei dos Nabateus, mas repudiou-a, depois, a fim de casar com Herodíades, mulher de seu irmão Filipe, união esta condenada por João Batista (Mt 14,3-4 e paralelos). Em 36 d.C., Antipas sofreu uma pesada derrota às mãos de Aretas, desejoso de vingar o

DIVISÃO DO REINO DE HERODES, O GRANDE



insulto pelo repúdio da filha. Antipas, estimulado por Herodíades, que teve ciúmes do favor de Calígula, a seu irmão Agripa, foi a Roma, em 39 d.C., para solicitar o título real, mas foi também exilado para a Gália, e o seu território foi dado a Agripa.

3. A Traconítide, a Itureia e Abilene para Filipe (4 a.C.-34 d.C.), filho de Herodes e de Cleópatra (de família hierosolimitana)

com o título de Tetrarca. O seu reinado gozou de paz. Restaurou Pâneas, dando-lhe o nome de Cesareia de Filipe e reconstruiu Betsaida-Júlia. Casou com a sua sobrinha Salomé, filha de Herodíades, mas não deixou descendentes. Por ocasião da sua morte, o seu território também foi anexado à província da Síria.

4. Agripa I, rei (41-44 d.C.), neto de Herodes, o Grande. Recebeu o antigo território de Filipe, mais Abilene (entre Damasco e o Antilíbano). Em 39 d.C., recebeu em acréscimo o território de Antipas. O seu reinado foi pacífico e próspero e foi cuidadoso em respeitar os Judeus. A fim de lhes agradar, achou oportuno agir contra os cristãos e executou Tiago, irmão de João (cf. At 12,1-3). Morreu repentinamente, em Cesareia, em 44 d.C. (cf. At 12).
5. Agripa II, filho de Agripa I, não herdou o território de seu pai, mas, em 50 d.C., foi-lhe dado Cálcis, o território do seu falecido tio Herodes (irmão de Agripa I) e, ao mesmo tempo, foi indicado como supervisor do Templo, com o direito de indicar o Sumo Sacerdote. Quando, em 60 d.C., acompanhado por sua irmã Berenice, visitou Cesareia, foi convidado pelo procurador Festo a ouvir Paulo (cf. At 25,13-26,32). Apoiou os romanos na revolta contra os Judeus (66-70 d.C.). Morreu no ano 92 d.C. e foi o último dos reis herodianos.

3. A SITUAÇÃO SOCIAL. A VIDA EM FAMÍLIA

Uma minoria, fixada, sobretudo, na capital, Jerusalém, e gravitando à volta dos palácios reais, leva uma vida escandalosamente faustosa: a aristocracia sacerdotal de Jerusalém, alguns grandes negociantes e os cobradores de impostos...

Há também uma classe média, pouco numerosa, formada pela classe sacerdotal dos maiores centros populacionais, artistas, proprietários rurais (às vezes, bastante endividados). Depois, temos o povo, a maior parte da população, a viver em condições de carência generalizada: jornaleiros, operários e muita gente sem trabalho, sobretudo, depois da morte de Herodes, com a

conclusão da construção das grandes obras. Fica como último recurso, a mendicância. Os doentes são também muito numerosos (com lepra, cegueira, paralisia), que vivem também da esmola.

As famílias constituíam a estrutura central da vida social da Galileia. Eram, por norma, numerosas e todos os seus elementos trabalhavam em função dos interesses comuns da comunidade familiar. Os judeus viviam, nas zonas rurais, em função da família, dos seus ritmos e dos seus interesses. Dependiam da terra e das colheitas e valorizavam o direito à propriedade e à preservação das terras de cultivo.

O homem era o chefe de família, o responsável religioso e legal da casa. Era seu dever manter a segurança e zelar pelo bem-estar de todos. Tinha a responsabilidade de trabalhar para alimentar, proteger e garantir um abrigo à mulher e aos filhos.

À mulher competia realizar os trabalhos domésticos: confecionava o pão, preparava as refeições, moía a farinha, produzia o queijo, fiava o linho e tratava dos animais, que lhes garantiam a carne, o leite e a lã.

Os filhos de tenra idade ficavam em casa com as mães. Conheciam desde cedo os seus deveres para com os pais e era com estes que normalmente aprendiam os ofícios de família.

Os jovens constituíam família através do casamento. A escolha da noiva era geralmente feita pelo pai do noivo quando este atingia os dezassete anos de idade. A seleção realizava-se entre as jovens solteiras da aldeia que tivessem entre os treze e os dezassete anos de idade. O pai do noivo negociava com o pai da noiva as condições do noivado, que eram declaradas por escrito ou transmitidas verbalmente na presença de testemunhas, ficando os noivos prometidos um ao outro. O noivado durava doze meses e durante este período a noiva permanecia na casa dos seus pais, apenas coabitando com o noivo depois do casamento.

Numa pequena casa podiam viver os pais, os filhos (adultos ainda solteiros ou casados), os cônjuges dos filhos e os idosos. Viviam

com pouco conforto material e sem privacidade. O mobiliário das suas casas era escasso; não tinham camas e eram poucos os objetos pessoais.

A vida destas famílias era sobretudo passada no campo, nos locais de trabalho e em sítios públicos, sendo a casa apenas utilizada para o descanso, para o convívio familiar e para tomar as refeições. Na aldeia, as casas aglomeravam-se, garantindo a proximidade de parentes, a proteção e segurança das pessoas e o melhor aproveitamento dos terrenos próprios para cultivo. As casas, mesmo as mais pobres, agrupavam-se em volta de pátios comuns, onde era colocado o gado.

Os dias eram preenchidos pelo trabalho. A refeição tomada durante a manhã ou ao meio-dia podia ser feita no local de trabalho, não sendo, assim, um momento especialmente dedicado ao convívio familiar. A ceia, tomada ao fim do dia, era uma ocasião de descanso e convívio. Nos seus tempos livres, os adultos e as crianças desfrutavam da presença uns dos outros.

Os judeus, de acordo com o preceito religioso, dedicavam um dia da semana ao louvor a Deus: o Sábado. Este dia de descanso era obrigatório, começava ao pôr do sol de sexta-feira e terminava com o ocaso do dia seguinte. Impedidos pelo estrito dever de repousar, nenhum camponês trabalhava o campo, nenhum artífice ia para o seu trabalho, nenhum comerciante ia para o mercado, nem as mulheres faziam os seus trabalhos em casa. Tudo deveria ficar pronto e organizado até sexta-feira antes do pôr do sol.

4. OS GRUPOS RELIGIOSOS

1. Os Fariseus

O movimento dos Hassidim (piedosos) do tempo dos Macabeus sobreviveu, nos tempos posteriores em dois ramos: Fariseus e Essénios. Os Fariseus, cujo nome significa «os separados», surgiram durante o reinado de João Hircano (135-104 a.C.) e do seu sucessor, Alexandre Janeu (104-76 a.C.), ao romperem as suas

ligações com a dinastia asmoneia, passando a fazer-lhe oposição. Mais tarde, recusaram-se a prestar juramento de aliança a Herodes, o Grande; praticavam a resistência passiva e evitavam o envolvimento em assuntos políticos.

Sociologicamente, constituíam a classe média judia e eram, na sua maioria, artesãos e escribas. No tempo de Cristo, eram como que a essência do Judaísmo. Para isto contribuía não só a vida íntegra que levavam, mas também o manterem-se afastados tanto da classe alta (Saduceus) como do nacionalismo revolucionário (Zelotes), como ainda do povo simples, que não vivia de acordo com a Lei e os costumes.

Geralmente, constituíam-se em associações e reuniam-se em pequenos grupos, para estudar a Lei e rezar e para a ceia em comum, às sextas-feiras, e a sua preocupação fundamental era observar estritamente a Lei. E, para isso, desenvolveram uma complicada casuística, que chegava a 613 preceitos, em ordem a evitar a transgressão da Lei. O ideal deles era fazer de Israel um povo santo (Ex 19,6), separado dos pecadores (Lv 11,45). O rigor das suas normas levava-os a evitar todo o contato com os pecadores e com todas as pessoas que vivem à margem da Lei. Daí, os frequentes choques e discussões com Jesus (cf. Mc 2,15-17).

2. Os Saduceus

O nome deriva de Sadoc, o sacerdote ligado à história de David e de Salomão (1Sam 2,12-25). Historicamente e na prática, nascem no tempo dos príncipes asmoneus: quando a família sacerdotal dos Macabeus (os asmoneus) conseguiu o poder, em 142 a.C., rodeiam-se de um grupo aristocrático de sacerdotes e de leigos, profundamente defensores da independência e das tradições do povo.

Este grupo, dirigido pela classe sacerdotal (os filhos de Sadoc. No tempo de Cristo, os Saduceus formam um partido constituído por membros da aristocracia, quer sacerdotal quer laica. Embora não sendo numerosos, a sua influência era enorme, pois ocupavam praticamente todos os cargos de maior importância no país, quer políticos quer religiosos. Muito mais que os Fariseus, foram

inimigos figadais de Jesus, em quem viram sempre o maior adversário à sua instalação.

Eram fortemente conservadores, sobretudo, em relação à política, ao Templo e às antigas tradições. Politicamente, adaptam-se e conformam-se com o poder romano, do qual recebem plena confiança. Profundamente helenizados, Herodes despreza-os, diminui-lhes os poderes políticos, embora, socialmente, os encha de honrarias, para os ter na mão. Religiosamente, só aceitam a Lei escrita (Torah). Seguem a interpretação literal das Escrituras (contra os Fariseus). Preocupa-os, sobretudo, a religião como culto (exterior), hierático e faustoso.).

3. Os Escribas

Os Escribas aparecem primeiro no reinado de Salomão como cultos servidores civis. Eles são os originadores e autores da literatura sapiencial em Israel. Nos tempos do pós-Exílio, o Escriba era o homem versado na Lei (Torah), como Esdras (cf. Esd 7,6.11-12; Ne 8,1). No século 1 a.C., os Escribas, que eram advogados, moralistas e teólogos, eram os mestres e guias da comunidade judaica (cf. Mt 23,2-3). Eram também conhecidos por «doutores da Lei» e recebiam o título de Rabbi («meu mestre»). Alguns deles eram ainda célebres fundadores de escolas rabínicas, como Hilel e Shamal, no início do século I d.C., outros tinham muita autoridade, como Gamaliel, mestre de São Paulo (cf. At 5,34-39; 22,3).

4. Os Essénios

Após a descoberta dos célebres manuscritos de Qumran, em 1947, a vida e a doutrina dos Essénios passaram a ser muito mais bem conhecida. O nome «essénio» vem de hasin/hassidim (homem piedoso). A si mesmos se designavam «eleitos, pobres, filhos da luz». Na verdade, são um grupo de judeus piedosos, que se afastaram dos outros judeus por os considerarem pouco piedosos, e quererem viver uma vida fora da contaminação do mundo. Viviam em comunidades, no deserto de Judá, perto do Mar Morto, afastados das vias de comunicações, entre as grandes cidades e em redor de enormes cisternas. São homens e

mulheres, que rejeitam a poligamia, o divórcio e o culto de Jerusalém, dedicam-se à oração e ao estudo da Lei. Muitos deles são celibatários e cultivam a continência. Nem todos vivem em Qumran, pois, alguns deles vivem em cidades como Damasco. Os textos essênios, recentemente descobertos e catalogados, levantaram uma boa extensão do véu que cobria a comunidade e até o período anterior e posterior à vinda de Cristo.

É bem possível que João Batista tenha sido essênio. De acordo com Lc 1,80, João «esteve no deserto até ao dia da sua manifestação a Israel». Se foi essênio, é evidente que rompeu com a seita, para iniciar a pregação e o seu novo batismo, que diferia radicalmente dos banhos rituais diários dos Essênios.

5. Os Zelotes

No ano 6 ou 7 d.C., quando o legado Quirino pôs em execução um censo geral na Palestina, os exasperados judeus revoltaram-se: os líderes da revolta foram um fariseu chamado Sadoc e um galileu chamado Judas de Gamala. Esses homens reuniram, à sua volta, um grupo de insurreccionistas, e dirigiram uma campanha militar contra os romanos: primeiro, na Galileia, e, depois, na Judeia. Essa foi a revolta que deu origem aos Zelotes: ardentes patriotas que se consideravam agentes da ira divina e instrumentos de libertação do seu povo.

Os Zelotes separam-se, assim, dos Fariseus, que, aos seus olhos, eram conciliatórios e passivos em demasia. Eles faziam uso de quaisquer meios, não excluindo o assassinio, para se livrarem do opressor estrangeiro e para punirem os judeus suspeitos de colaboração. Para atacarem os seus inimigos, usavam comumente uma pequena adaga chamada sita (punhal), sendo, por isso, alcunhados de sicários, pelos romanos. Mais facilmente, aceitavam a morte do que a sujeição ao domínio pagão dos romanos.

6. Os Herodianos

Os herodianos são mencionados três vezes no Novo Testamento (Mc 3,6; 12,13; Mt 22,16) e são também mencionados por Flávio Josefo. Não eram uma seita nem um partido extremista como os

Zelotes, mas eram amigos de Herodes e apoiavam-no. Encontram-se principalmente na Galileia, domínio de Herodes Antipas, embora algumas famílias de Jerusalém estivessem ligadas a eles.

7. Os Samaritanos

Os Samaritanos do tempo do Novo Testamento eram descendentes do povo heterogêneo estabelecido em Samaria, depois de 722 a.C. As primeiras sementes de inimizade com os Judeus foram colocadas logo, nos primeiros dias do retorno do Exílio da Babilônia, e a rotura final veio no tempo de Alexandre, o Grande, quando o seu templo cismático foi construído no monte Garizim. Apesar do seu templo ter sido destruído por João Hircano, em 128 a.C., eles continuaram a manter a sua autonomia cultural e a celebrar a Páscoa no monte Garizim, monte sagrado até aos dias de hoje. A sua Escritura engloba, apenas, o Pentateuco (Torah hebraica).

5. A ECONOMIA NA PALESTINA

Naquele tempo, a economia era ainda maioritariamente rural e grande parte das famílias trabalhava a sua própria terra. Nos vales do Norte e ao longo da planície costeira cultivava-se o trigo, no Sul, a cevada; na colina pastoreavam-se ovelhas, cabras e bovinos e cultivavam-se figueiras, tamareiras e vinha. A pesca era uma atividade importante, à volta do Mar da Galileia e muitas parábolas de Jesus eram baseadas na agricultura e na pesca.

As estradas e as frotas romanas abriram o comércio internacional. As importações compreendiam as especiarias da Grécia e da Pérsia, a mirra da Arábia, as maçãs de Creta, o queijo da Bitínia e o pergaminho do Egito. As exportações compreendiam hortaliça, cereais, azeite, mel, peixe salgado e betume, e Jerusalém tornou-se um importante centro comercial, com sete mercados diferentes no tempo do Novo Testamento e 118 mercadorias estrangeiras de luxo registadas, como joias, seda e taças de vidro.

O denário era a moeda mais corrente e equivalia ao salário diário de um operário. Jesus fazia referência às moedas de uso

corrente, no seu ensinamento, e metade das suas parábolas contém alusões ao dinheiro, de um modo ou de outro, o que talvez demonstre que o dinheiro era tão importante então como o é hoje.

6. A ALIMENTAÇÃO

O pão, de farinha integral e cozido diariamente, era a base de qualquer refeição judaica. A alimentação era largamente vegetariana, uma vez que a carne (normalmente cordeiro, mas, por vezes, carne bovina) era muito cara e reservada para as grandes ocasiões. A água, o leite e o vinho (muitas vezes diluído com água) eram as bebidas habituais.

Tomar as refeições em comum era uma expressão de amizade e a hospitalidade era muito importante. Todavia, as leis alimentares judaicas proibiam comer com os gentios (os não judeus) e muitos dos mais devotos não comiam com outros judeus que não tivessem cumprido as abluções rituais ou lavado os utensílios como prescrito. Jesus, porém, sentia prazer em comer com todos, para grande desapontamento da casta dos fariseus.